CMSP - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERUÍBE

ATA Nº 14/2026 DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08/10/2026

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas e quinze minutos, em segunda convocação, na sala de reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Peruíbe, situada à Rua Alfredo Gomes, nº 46, Centro, Peruíbe, Estado de São Paulo, com a participação da Vice - Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Peruíbe – Gestão Biênio 2026/2028 – Conselheira Sandra Cristina Barbosa, bem como dos conselheiros e convidados que assinam as respectivas lista de presença anexas, deu-se início à reunião ordinária deste Conselho. A presidente iniciou a reunião com a aprovação da ata anterior, cuja leitura foi dispensada, tendo em vista que todos os presentes já haviam realizado sua leitura prévia. Faz leitura das demandas recebidas via e-mail. Dentre eles a resposta ao ofício enviado pelo conselho solicitando providencia com relação ao telhado do AME. Presidente aborda a questão das ausências dos conselheiros nas reuniões e informa que Késia elaborou uma planilha para registrar e acompanhar as faltas dos conselheiros. Relatou que já havia sido encaminhado e-mail à Paróquia São João Batista, em razão das faltas de seus representantes. E apontou a necessidade de convocar uma reunião extraordinária para discutir as ausências, a existência de cadeira vaga e a realização de eleição para preenchimento da vaga, a fim de garantir a paridade e a participação efetiva dos segmentos no Conselho. Informou também que a relação das ausências seria encaminhada por e-mail aos conselheiros, para conhecimento e análise. Também foi sugerido que o novo Secretário Sr. Rodrigo recebesse a relação dos representantes indicados pela área da saúde que eventualmente não estivessem comparecendo às reuniões, para verificar se as ausências decorriam de dificuldades de agenda, excesso de atribuições ou impossibilidade de continuar exercendo a função.

Na sequência, a Presidente fala sobre a deliberação da prestação de contas do segundo quadrimestre Os conselheiros foram convidados a apresentar dúvidas e esclarecimentos, considerando que os documentos haviam sido encaminhados anteriormente.
A conselheira Silvana, representante da Comissão de Finanças informou que a comissão, composta por ela, Ana e Gil, havia se reunido e decidido emitir parecer favorável à prestação de contas. Esclareceu que, embora os documentos apresentassem as informações discriminadas, os conselheiros não possuem necessariamente conhecimento contábil ou acesso direto às unidades para confirmar a utilização de cada material adquirido. Ela ressaltou também que para a próxima vez, que os documentos fossem encaminhados com maior antecedência, permitindo tempo adequado para leitura, análise e esclarecimento das dúvidas. Disse que os conselheiros precisam acompanhar e fiscalizar a execução das despesas, pois, dessa forma, poderão questionar a utilização dos recursos com maior segurança. Informou que o parecer já estava assinado pela comissão.

A Presidente esclareceu para todos os conselheiros que a comissão de finanças deu parecer favorável à prestação de contas. Durante a discussão, a Presidente explica para o novo secretário de saúde, Sr. Rodrigo que a dificuldade para analisar a prestação de contas é recorrente no Conselho, principalmente pelo grande volume de documentos, que pode ultrapassar centenas de páginas, e pelo pouco tempo disponível para análise. Destacou-se a importância de aproximar a comissão e a Secretaria, de forma que os esclarecimentos sejam prestados no momento adequado. Os conselheiros também possuem suas atividades profissionais e, muitas vezes, precisam realizar a leitura dos documentos fora do horário de trabalho.

O conselheiro Laudo relatou ter identificado três ou quatro pontos divergentes no documento, incluindo valores negativos, ressaltando que essas divergências não significavam necessariamente erros. Informou que, de maneira geral, os valores de receitas e despesas apresentavam correspondência, mas que não possuía conhecimento contábil suficiente para aprofundar a análise. Reforçou, ainda, que

o prazo de aproximadamente uma semana era muito curto para avaliar toda a documentação.

A representante da Secretaria, a Girleide, explicou que os valores negativos podem decorrer de empenhos posteriormente anulados. Esclareceu que os relatórios dependem do fechamento do sistema financeiro e que não é possível encaminhar informações definitivas antes desse fechamento, pois os dados ainda podem sofrer alterações. Informou, que a Secretaria está à disposição para prestar esclarecimentos e que os relatórios poderão ser encaminhados conforme forem sendo fechados mês a mês.

A conselheira Silvana sugeriu que, antes da votação, a Comissão de Finanças realize reunião com a participação de um profissional da Secretaria que conheça os documentos, para que as dúvidas sejam esclarecidas diretamente.

O atual secretário concordou com a necessidade de organizar as datas das reuniões conforme a disponibilidade do profissional responsável, buscando garantir que os conselheiros votem com maior segurança.

Após a discussão, a presidente colocou em votação a prestação de contas do segundo quadrimestre, que foi aprovada com unanimidade (11 votos).

Em seguida, a presidente relatou uma dificuldade vivenciada ao procurar uma unidade de saúde do bairro Ribamar para obter informações sobre a realização do exame preventivo de Papanicolau, durante o Outubro Rosa. A presidente informou que, ao procurar a unidade, foi orientada de que não estava referenciada naquele local e que deveria aguardar de sete a dez dias para a visita de um agente comunitário de saúde, responsável por confirmar o endereço e realizar o cadastro territorial. Relatou que questionou a possibilidade de realizar a referenciação naquele momento pois já estava na unidade, mas recebeu a informação de que o procedimento dependia do cadastro no sistema, junto ao agente comunitário de saúde. Manifestou preocupação com as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que trabalham e que precisam se ausentar de suas atividades para procurar atendimento. Destacou que a exigência de aguardar a visita do agente pode dificultar o acesso aos exames preventivos, especialmente para quem não consegue permanecer em casa durante o horário comercial. Também relatou preocupação com os baixos índices de realização de exames preventivos e ressaltou que nem todas as mulheres ficam sabendo dos mutirões. Sugeriu que a Secretaria avaliasse outras formas de facilitar o cadastro e o acesso das moradoras às unidades de saúde.

O secretário de saúde explicou que a Estratégia Saúde da Família depende do cadastro territorial e do sistema georreferenciado utilizado pelo Ministério da Saúde. Informou que não se trata de uma restrição intencional ao atendimento, mas de uma exigência do sistema, que precisa identificar o imóvel e vincular o usuário à unidade de referência para permitir o agendamento de consultas, exames e outros serviços.

A Claudia, do departamento de planejamento, informou que a Secretaria está realizando um processo de revisão dos territórios e de redistribuição das equipes, com o objetivo de melhorar a cobertura e corrigir diferenças entre as áreas atendidas. Também estão sendo realizadas oficinas com os agentes comunitários de saúde e com a Secretaria de Planejamento para desenhar as microáreas no mapa, possibilitando a atualização do sistema e a identificação de regiões com maior necessidade de profissionais.

Na sequência, a conselheira Silvana apresentou outra questão relacionada ao agendamento de consultas no Ambulatório Médico de Especialidades – AME, por meio do aplicativo disponibilizado à população. Relatou que, em determinadas datas, o aplicativo permite agendar atendimento para comparecer à unidade, mas, ao chegar ao local, o usuário pode ser informado de que não é paciente

do médico ou de que não possui encaminhamento para uma primeira consulta. Ressaltou que essa situação provoca deslocamentos desnecessários, principalmente para pessoas que moram longe, e gera frustração para quem acredita que conseguirá realizar o agendamento.

A conselheira Marinalva esclareceu que a primeira consulta com especialistas deve ocorrer por meio de encaminhamento da unidade de origem e da Central de Regulação, com a respectiva guia contendo as informações clínicas e a indicação do profissional solicitado. Explicou que, após a primeira consulta, o paciente pode utilizar o aplicativo para agendar o retorno, conforme o fluxo estabelecido.

A conselheira Silvana concordou que existe um fluxo específico, mas destacou que o aplicativo deveria informar essa condição de maneira mais clara, evitando que o usuário agende um atendimento que não poderá ser realizado.

Foi sugerido que o sistema apresentasse uma mensagem explicativa ou aviso na própria tela, informando que a primeira consulta depende de encaminhamento e agendamento pela Central de Regulação.

O Secretário de saúde informou que a possibilidade de incluir essa mensagem dependerá da viabilidade técnica do sistema. Caso seja possível realizar a alteração, a medida poderá contribuir para esclarecer o fluxo de atendimento e reduzir os deslocamentos desnecessários e as reclamações dos usuários.

A Conselheira Silvana também deixou registrado o reconhecimento de que o aplicativo já apresenta melhorias, incluindo o envio de mensagens aos pacientes sobre alterações nos agendamentos. A conselheira esclareceu que sua manifestação tinha o objetivo de contribuir para o aprimoramento do serviço.

Na sequência, a presidente manifestou preocupação com as condições da sala da Ouvidoria, relatando a presença de mofo nas paredes, cheiro forte e janelas que não abrem adequadamente. Informou que permaneceu poucos minutos no local e considerou necessário verificar as condições ambientais, tanto para os profissionais que trabalham no espaço quanto para os cidadãos que procuram atendimento. Também relatou que, em uma ocasião, uma pessoa com necessidade especial solicitou água e não havia água disponível para oferecer. Destacou que o Conselho e os demais espaços de atendimento precisam proporcionar condições adequadas de acolhimento, principalmente por receberem pessoas em situação de vulnerabilidade.

A conselheira Marinalva lembrou que já havia sido solicitada a aquisição de equipamentos e materiais para o Conselho, incluindo bebedouro, mesas, cadeiras e melhorias no ar-condicionado. Informou que parte dos itens ainda não havia sido disponibilizada e que os próprios conselheiros precisavam providenciar água, café e outros materiais básicos para as reuniões.

O Secretário de saúde agradeceu pelas observações e informou que pretende visitar as unidades de saúde para conhecer as condições dos espaços e levantar as demandas existentes. Declarou que a Secretaria buscará atender às necessidades dentro das possibilidades orçamentárias. Explicou que o orçamento da saúde sofreu redução, passando de uma previsão de aproximadamente R$ 116 milhões para R$ 107 milhões para o próximo exercício, e que os gastos com pessoal representam parcela significativa dos recursos. Ressaltou, contudo, que a Secretaria procurará avaliar com atenção as condições da sala do Conselho e da Ouvidoria, assim como as necessidades de outras unidades.

A Presidente informou que o Conselho já havia encaminhado solicitação à Secretaria Municipal de Saúde para obter informações sobre as medidas de contingência relacionadas às mudanças climáticas e aos possíveis impactos sobre a saúde da população. Destacou que eventos como ventanias, calor intenso e outros fenômenos climáticos podem afetar a estrutura das unidades e aumentar a demanda por atendimento, tornando importante a preparação antecipada da rede de saúde.

O Secretário informou que profissionais da região da Baixada Santista estão trabalhando na elaboração de um plano de contingência, com participação de profissionais da área da saúde. Mencionou que estão sendo consideradas ações relacionadas à hidratação e à prevenção de problemas provocados pelo calor, além da atenção às situações relacionadas à dengue. Informou que a proposta estava em elaboração e que, assim que estivesse estruturada, poderia ser apresentada para orientar as ações necessárias.

Também foi sugerida a possibilidade de convocar reunião extraordinária para tratar do assunto.

A conselheira Késia levantou a questão da existência de verba destinada ao Conselho Municipal de Saúde, relatando que, segundo seu conhecimento, esses recursos não vinham sendo utilizados. Sugeriu solicitar à área responsável pela execução financeira, representada na reunião pela Girleide, um relatório ou esclarecimento sobre a verba, sua utilização e os procedimentos necessários para aplicação dos recursos nas necessidades do Conselho, como a aquisição de chaleira, café, água e outros materiais básicos para o funcionamento das reuniões.

O Secretário explicou que a execução do orçamento público exige procedimentos administrativos e que, em algumas situações, o custo do processo de aquisição pode ser superior ao valor do próprio material. Também mencionou que podem surgir despesas não previstas inicialmente, como demandas judiciais relacionadas ao fornecimento de dietas e medicamentos, exigindo ajustes na execução orçamentária. Apesar das dificuldades, informou que a Secretaria procuraria avaliar as necessidades apresentadas e buscar alternativas para atendê-las dentro das possibilidades disponíveis.

Durante a discussão, Sr. Jorge ressaltou que a execução financeira correta não garante, por si só, que as políticas públicas estejam alcançando os resultados esperados. Destacou que o Conselho também deve acompanhar a efetividade das ações, verificando se os serviços e recursos previstos estão atendendo às necessidades da população. Ele defendeu a necessidade de divulgar melhor as ações da Secretaria Municipal de Saúde, os serviços disponíveis e as informações sobre o orçamento, considerando que parte da população desconhece os procedimentos e as ferramentas existentes.

Foi ressaltado que a comunicação não deve ficar restrita ao Diário Oficial ou aos avisos afixados nas unidades de saúde. Foram sugeridas diferentes formas de divulgação, incluindo internet, redes sociais, carro de som, comunicação direta e participação dos conselheiros.

O Secretário informou que, mesmo diante de mudanças administrativas, houve esforço para manter o funcionamento dos serviços de saúde e dar continuidade aos atendimentos. Também ressaltou a importância de apresentar à população as ações realizadas e os resultados alcançados.

Todos concordaram que a divulgação precisa alcançar diferentes públicos, inclusive pessoas com dificuldade de acesso à internet ou de leitura. Foi destacada a importância de utilizar estratégias variadas e de aproximar o Conselho, a Secretaria e a população.

O Secretário colocou-se à disposição para colaborar com as iniciativas de comunicação e com as sugestões apresentadas.

Na sequência, foi discutida a necessidade de iniciar a implantação dos Conselhos Locais de Saúde nas unidades do município. A Caroline lembra que o tema já havia sido discutido anteriormente e que a criação desses espaços poderia contribuir para aproximar os serviços de saúde da população, ampliar a participação social e facilitar a identificação das necessidades de cada território.

A conselheira Jaqueline informou que integra o grupo FOCUS e que já havia recebido questionamentos sobre a situação dos conselhos locais, mas não possuía informações atualizadas para responder. Ressaltou a importância de organizar o trabalho para que as ações saiam do planejamento e sejam efetivamente realizadas.

A Claudia, do Planejamento, lembrou que a implantação dos Conselhos Locais de Saúde estava prevista no planejamento de 2026 e que a ausência de execução precisaria ser devidamente justificada.

Sr. Jorge comenta sobre experiências e normas relacionadas à implantação de conselhos locais em outros municípios da região, como São Vicente, que poderiam servir de referência para a elaboração de uma proposta para Peruíbe.

A Caroline relata que existem regiões mais distantes, como Bananal, Santa Cruz e Barra do Una, nas quais a aproximação entre os serviços e a população pode contribuir para identificar dificuldades de acesso e necessidades específicas. Informou que o Núcleo de Educação Permanente em Saúde – NEPS pode colaborar com a orientação e a formação dos participantes, colocando-se à disposição para auxiliar na implantação dos conselhos locais. Ressaltou, porém, que cabe ao Conselho organizar o processo, definir a forma de chamamento, planejar as reuniões e estabelecer os procedimentos necessários.

A presidente destacou que os conselheiros precisam assumir conjuntamente essa responsabilidade, buscar conhecimento e transformar as discussões em providências concretas. Também ressaltou a importância de registrar os motivos pelos quais a implantação ainda não havia sido executada, considerando que a ação estava prevista no planejamento.

Diante da discussão, foi sugerida a realização de reunião extraordinária para tratar da implantação dos Conselhos Locais de Saúde e de outros assuntos internos relacionados ao funcionamento do Conselho, incluindo a ocupação de cadeiras vagas.

Os conselheiros concordaram com a proposta de consultar o grupo de conselheiros por meio de enquete para definir a melhor data e horário, com sugestão de realização na semana seguinte, preferencialmente após as 16 horas. Também foi sugerido que os conselheiros comparecessem preparados, com a legislação e as propostas previamente estudadas, para que a reunião pudesse avançar na definição dos encaminhamentos.

Foi mencionada, ainda, a possibilidade de aproveitar a reunião para discutir o plano de contingência relacionado às mudanças climáticas. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Vice - Presidente Sandra Cristina Barbosa declarou encerrada a reunião, às dezessete horas e trinta e seis minutos, da qual eu lavrei a presente ata.

Documento assinado digitalmente
NEILA KESIA DE SOUZA
Data: 13/11/2026 15:43:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Neila Késia de Souza
Secretária do CMSP

Sandra Barbosa
Vice - Presidente do CMSP

CMSP - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERUÍBE
ATA Nº 14/2026 DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08/10/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERUÍBE
GESTÃO 2026 - 2028

REUNIÃO ORDINÁRIA 08/10/2026

ÓRGÃO OU ENTIDADE			
GOVERNO	TITULAR	CLEBER ROGÉRIO RODRIGUES DOMINGUES	
	SUPLENTE	FLÁVIA HELENA PIRES S. FIGUEIREDO	
	TITULAR	ANA LUCIA PERROTTI ADAM	
	SUPLENTE	KATIA DONATO FREITAS	
	TITULAR	ANA PAULA CARDOSO LOPES RODRIGUES	
	SUPLENTE	DÉBORA CRISTIANE DE ALMEIDA	
	TITULAR	RENATA DE OLIVEIRA MARQUES	
	SUPLENTE	DANIELLE GARRIDO PERES ALEXANDRE	
TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE ELEITOS	TITULAR	LOURDES MARINA FERMINO	
	SUPLENTE	ADRIANO DELARISSA	
	TITULAR	MARINALVA PEREIRA DOS SANTOS	
	SUPLENTE	SILVANA SOUZA DA SILVA	
TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE INDICADOS PELO SINTRAPE	TITULAR	Valdevino Francisco dos Santos Filho	
	SUPLENTE	AMARILDA MARGARETE GIRARDI TEIXEIRA	
	TITULAR	ERIVALDO VITORINO DE MACEDO	
	SUPLENTE	SILMARA BARBOSA	
CRSC – Associação Beneficente de Desenvolvimento, Preservação	TITULAR	GILMARIO LIMA DE ANDRADE	
	SUPLENTE	ANDRÉ LUIZ SANTANA SANTOS	
APAE de Peruíbe - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	TITULAR	LILIAN CRISTINA RAMOS DA CUNHA LARA	
	SUPLENTE	FERNANDA REGINA DO NASCIMENTO	
APLN - Associação Padre Leonardo Nunes - Recanto Vida	TITULAR	SANDRA CRISTINA BARBOSA	
	SUPLENTE	TAYNARA ROBERTA BARBOSA	
IUPV – Instituto Unidos Pela Vida (ONG Amigas do Peito)	TITULAR	JULIETA SOARES PROTI	
	SUPLENTE	ANDREA MARY ANDRÉ MENDES DA SILVA	
Associação de Amigos do Bairro Estância Santa Cruz	TITULAR	JAQUELINE SILVA GAMA	
	SUPLENTE	NEILA KÉSIA DE SOUZA	
CRP - Casa de Repouso Nossa Senhora Aparecida de Peruíbe	TITULAR	LAUDO BERNARDO DA SILVA	
	SUPLENTE	SERGIO HELIAN DOS SANTOS	
Paróquia São João Batista	TITULAR	VICENTE ANSELMO JUNIOR	
	SUPLENTE	FERNANDA YURICO GOMES ASSAKAWA	
0	TITULAR	VAGO	
	SUPLENTE	VAGO	

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERUÍBE

GESTÃO 2026 - 2028

REUNIÃO ORDINÁRIA 08/10/2026

Nome	Assinatura
Candida Nascimento de Souza	Souza
Gilberto Fernandes Pérez	
Claudia Fernandes	
Rodrigo Antunes Martinez	
Fernanda Regina do Nascimento	
Jorge Luiz M. Florindo	
Marcelo Lourenço	
Flavio Candido Filho	

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERUÍBE

GESTÃO 2026 - 2028

REUNIÃO ORDINÁRIA 08/10/2026

ÓRGÃO OU ENTIDADE			1°	2°	3°	4°	5°
GOVERNO	TITULAR	CLEBER ROGÉRIO RODRIGUES DOMINGUES	✓				
	SUPLENTE	FLÁVIA HELENA PIRES S. FIGUEIREDO					
	TITULAR	ANA LUCIA PERROTTI ADAM	✓				
	SUPLENTE	KATIA DONATO FREITAS					
	TITULAR	ANA PAULA CARDOSO LOPES RODRIGUES					
	SUPLENTE	DÉBORA CRISTIANE DE ALMEIDA					
	TITULAR	RENATA DE OLIVEIRA MARQUES	✓				
	SUPLENTE	DANIELLE GARRIDO PERES ALEXANDRE					
TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE ELEITOS	TITULAR	LOURDES MARINA FERMINO	✓				
	SUPLENTE	ADRIANO DELARISSA					
	TITULAR	MARINALVA PEREIRA DOS SANTOS	✓				
	SUPLENTE	SILVANA SOUZA DA SILVA	✓				
TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE INDICADOS PELO SINTRAPE	TITULAR	Valdevino Francisco dos Santos Filho	✓				
	SUPLENTE	AMARILDA MARGARETE GIRARDI TEIXEIRA					
	TITULAR	ERIVALDO VITORINO DE MACEDO					
	SUPLENTE	SILMARA BARBOSA					
CRSC – Associação Beneficente de Desenvolvimento, Preservação	TITULAR	GILMARIO LIMA DE ANDRADE					
	SUPLENTE	ANDRÉ LUIZ SANTANA SANTOS	✓				
APAE de Peruíbe - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	TITULAR	LILIAN CRISTINA RAMOS DA CUNHA LARA					
	SUPLENTE	FERNANDA REGINA DO NASCIMENTO	✓				
APLN - Associação Padre Leonardo Nunes - Recanto Vida	TITULAR	SANDRA CRISTINA BARBOSA	✓				
	SUPLENTE	TAYNARA ROBERTA BARBOSA					
IUPV – Instituto Unidos Pela Vida (ONG Amigas do Peito)	TITULAR	JULIETA SOARES PROTI					
	SUPLENTE	ANDREA MARY ANDRÉ MENDES DA SILVA					
Associação de Amigos do Bairro Estância Santa Cruz	TITULAR	JAQUELINE SILVA GAMA	✓				
	SUPLENTE	NEILA KÉSIA DE SOUZA					
CRP - Casa de Repouso Nossa Senhora Aparecida de Peruíbe	TITULAR	LAUDO BERNARDO DA SILVA	✓				
	SUPLENTE	SERGIO HELIAN DOS SANTOS					
Paróquia São João Batista	TITULAR	VICENTE ANSELMO JUNIOR					
	SUPLENTE	FERNANDA YURICO GOMES ASSAKAWA					
0	TITULAR	VAGO					
	SUPLENTE	VAGO					